



Caio César Albuquerque de Paiva
OAB/RN 10.407

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S):

(nome) Francisco Fábio de Melo
brasileiro(a), (estado civil) solteiro, (profissão) Agricultor,
portador(a) da cédula de identidade nº 02393.192 inscrito(a) no CPF/MF
sob o nº 702.065.834-96 residente e domiciliado na
Sítio Ilutombu do Cavalo
nº 70 Bairro Ilutombu Cidade Assis Estado
RA CEP 39650-000 Telefone

OUTORGADOS:

Caio César Albuquerque de Paiva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 10.407, com endereço profissional onde recebem notificações e intimações na Rua Pedro Velho, 119, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.

PODERES:

Poderes: Confere (em) amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com as cláusulas "ad judicium" e "et extra", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, requerer falência e concordata, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber alvará, apresentar e ratificar queixas-crimes, propor quaisquer ações, defender-me (nos) nas que (me) (nos) forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas brevíssimas, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação, firmar compromissos, requerer abertura de inventário ou arrolamentos, requerer justiça gratuita, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor (es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na condição de reclamada(s) bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

Mossoró/RN, 09 de outubro de 2018.

Francisco Fábio de Melo
Outorgante

Rua Pedro Velho, 119, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.
Caio Paiva (84) 98850-4166 / 99808-3752 - E-mail: caio.paiva@procurador.com



DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Eu Francisco Fábio de Melo
Brasileiro Estado civil: solteiro Profissão: agente RG nº
3.398.191 E CPF: 702.065.884-96 residente e domiciliado na Rua
Sítio Mutombo Nº 70 Bairro: Mutombo
Cidade Assu /RN CEP: 59.650-000

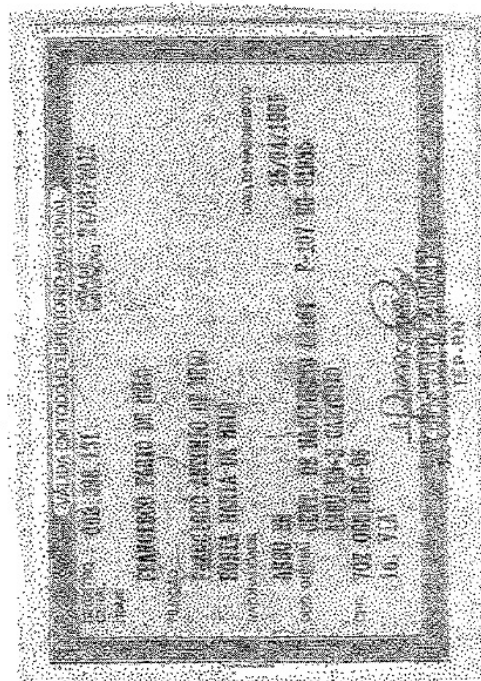
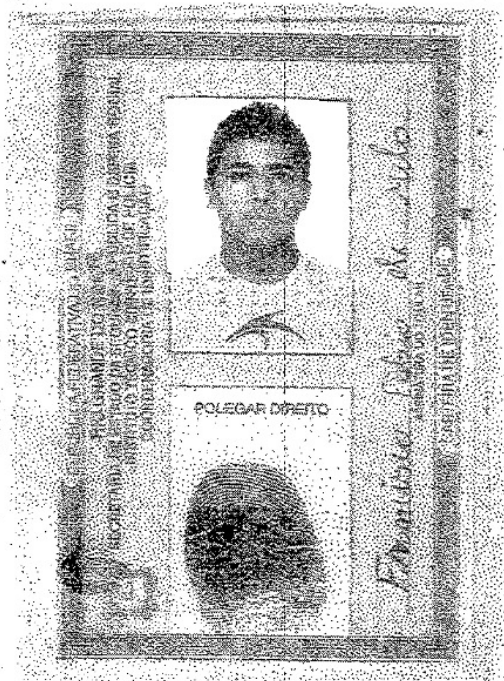
DECLARO, nos termos da Lei 1.060/50, para os devidos fins, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem prejuízo do sustento meu e de minha família.


Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Mossoró/RN, 09 de outubro de 2017.

Francisco Fábio de Melo





NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA			
COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE RUA MERIMÓZ, 150, BALDO, NATAL, RIO GRANDE DO NORTE CEP 59025-250 CNPJ 08.324.196/0001-81 INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0		 cosern Grupo Iliceenergia www.cosern.com.br	
DADOS DO CLIENTE FRANCISCO ANTONIO DE MELO CPF: 733.493.994-87 ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA SI MUTAMBA DA CAIEIRA 70 SN MUTAMBA DA CAIEIRA I/RN CARNAUBAIS 59660-000 ASSU RN As condições gerais do fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br		Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02 Ligações Gratuitas: -TELEATENDIMENTO COSERN: 116 -Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142 -Ouvidoria 0800 084 0404 Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 167 Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis	
DATA DE VENCIMENTO 19/01/2018 TOTAL A PAGAR (R\$) 0,00		DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 12/01/2018 DATA DA APRESENTAÇÃO 12/01/2018 NÚMERO DA NOTA FISCAL 000575847 Série: U	
CONTA CONTRATO 000602955010 Nº DO CLIENTE 3600388266 Nº DA INSTALAÇÃO 0000023816		CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico	
RESERVADO AO FISCO 3144.79C0.0688.CCFC.73E7.FD90.41E4.F10C			
DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	110,00	0,53658536	59,02
Acréscimo Bandeira VERMELHA			2,54
Contribuição Iluminação Pública			6,71
Multa por atraso-NF 000613639 - 11/11/17			1,20
Juros por atraso-NF 000613639 - 11/11/17			0,58
Atualização IGPM-NF 000613639 - 11/11/17			0,31
TOTAL DA FATURA			70,34
INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			
ICMS		PIS	
BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%
61,56	18,00	61,56	0,73
COFINS		VALOR DO IMPOSTO	
BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%
61,56	3,37	2,07	
COMUNICAÇÃO DO NÃO PAGAMENTO DA(S) CONTA(S) DE ENERGIA ELÉTRICA(S): Vendido Dt Receb Valor 20/12/17 12/01/18 77,71 Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.			
Tarifas Aplicadas Consumo Ativo(kWh) 0,41809008		HISTÓRICO DO CONSUMO kWh JAN 18 110 DEZ 17 118 NOV 17 102 OUT 17 115 SET 17 99 AGO 17 99 JUL 17 86 JUN 17 98 MAI 17 94 ABR 17 89 MAR 17 100 FEV 17 104 JAN 17 107	
COMPOSIÇÃO DO CONSUMO R\$ % Geração de Energia 20,29 32,98 Transmissão 2,92 4,74 Distribuição (Cosern) 15,20 24,69 Encargos Setoriais 5,82 9,45 Tributos 13,89 22,68 TOTAL 61,56 100			
DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL			
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL
000000002150964116	CAT	13/12/2017 1.475,00	12/01/2018 1.585,00
		Nº DIAS	CONSTANTE
		30	1,00000
		AJUSTE	0,00
		CONSUMO kWh	110,00
DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LETURA: 10/02/2018			
DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES			
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR AFURADO	METAS
			MENSAL META TRIM. META ANUAL
nov/2017			
DIC-No.de horas sem Energia	ESTRITO	4,68	11,30 22,61 45,22
FIG-No.de vezes sem Energia		3,00	7,97 15,94 31,88
DMIC-Duração máxima de Interrupção contínua		2,00	6,19 0,00 0,00
DICR-Duração de Interrupção em dia crítico Limite DICR: 16,60			
BLSD-Valor do Encargo de Uso - R\$ 21,46			
Todo Consumidor pode solicitar a aprovação dos indicadores DIC, FIG, DMIC e DICR a qualquer tempo.			
NÍVEL DE TENSÃO			
TENSÃO NOMINAL(V)	LÍMITE DE VARIAÇÃO(V)		
	MÍNIMO	MÁXIMO	
220	202	231	
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA			
INFORMAÇÕES IMPORTANTES O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br . O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.			

DESTAQUE AQUI





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS

Nº 949.390

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: Francisco Polônio de Melo Idade: DN: 2009/195
Estado Civil: S () C () V () D () Profissão
Rua, Av.: St. João Herculino de Paiva Bairro: Zone Rural
Fone: Cidade: Assolândia UF: RN
Est: Mãe: SOMER MARIA DE MELO
Data: 18/05/2014 Hora: 11:45 Cartão:

• QUEIXA PRINCIPAL: (☒) Acidente de Trânsito (☐) Acidente de Trabalho (☐) Agressão

• HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (HDA)

• EXAME FÍSICO:

PA: X mmHg - FC bpm - FP bpm - FR bpm - TEMP °C - Peso Kg

• HIPÓTESE (S) DIAGNÓSTICA (HD)

• EXAMES SOLICITADOS:

HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
18/05/2014



Dr. Tapinamba Caldas L. Nogueira

Assessor Titular da Secretaria Estadual de Saúde e Transparência
Medicina Clínica no Hospital Geral de Mossoró - RN

TRAUMATOLOGIA / ORTOPEDIA
CREMERN 4017

Relatório Médico

Paciente Francisco Fátima de Melo -
Idoso, ferido com moto, em 18.5.14
Apresenta ferimento no pé e
no tornozelo, com fratura
da base do 1º metacarpo - Abuso de
fórmula de gelatina, mas
está em tratamento.

Tapinamba Caldas L. Nogueira

Ortopedista
CRM - 4017

ORTHOS CENTRO

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antônio - Mossoró-RN - Telefone: 84 3314 7755

POLICLÍNICA MÉDICA DE MOSSORÓ

Rua João Pessoa, 68 - Centro - Mossoró-RN - Telefone: 84 3317 4940 / 3321 5040

08
11
19



SINISTRO 3140068207 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FRANCISCO FABIO DE MELO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO FRANCISCO FABIO DE MELO

CPF/CNPJ: 70206588496

Posição em 07-03-2018 19:58:57

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
30/01/2015	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Assu
DR. LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0801338-09.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: FRANCISCO FABIO DE MELO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova. Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico. Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0, considerando a aceitação do encargo, por meio de contato telefônico.



Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova. Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado c o n s t i t u í d o .

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (v i n t e) d i a s .

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes. Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual. Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes. Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem c i ê n c i a d a r e s p o s t a .

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença. Publique-se.

AÇU/RN, 22 de maio de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

